

III Seminário Internacional sobre coelho-bravo

I Seminário LIFE+ Iberlince

Presente e futuro das populações de coelho-bravo em Portugal e Espanha

Conclusões Workshop 1 – Monitorização das populações de coelho-bravo

Moderador: Emídio Santos

Relator: Marcos López Parra

1. Foram fixados o desenho das bases de dados, atributos mínimos a incluir e projecções cartográficas a utilizar na cartografia de monitorização no âmbito do projecto;
2. Foi fixada uma acção de formação conjunta para operadores de monitorização de coelho-bravo;
3. Foi recomendada a construção de uma aplicação Andróide para apoio à realização do trabalho de campo;
4. Foi fixada a necessidade da unificação definitiva dos protocolos de censos apresentados no Seminário;
5. Foi proposta a substituição da contagem de latrinas pela monitorização contínua nos censos de mínimos;
6. Foi proposta a prospecção de grande escala (quadrículas 10x10km) de acordo com os protocolos IBERLINCE às áreas seguintes:
 - Zonas ocupadas por lince libertados ou em dispersão (por exemplo, Hongo em Vila Nova de Milfontes);
 - Zonas de conexão entre áreas de presença actual e futura e zonas de reintrodução;
 - Novas áreas com suspeita de alta densidade de coelhos.
7. Serão feitas recomendações para a realização de uma amostragem geral ibérica das populações de coelho-bravo;

8. O coelho por si próprio, tanto pelo papel que tem nos ecossistemas ibéricos como a nível sócio-económico, merece uma atenção própria e o investimento que este esforço requer;
9. Propõe-se estabelecer uma rede de colaboradores para a realização de amostragens, garantindo a formação necessária dos colaboradores, de forma a que não se comprometa a qualidade dos dados recolhidos.

III Seminário Internacional sobre coelho-bravo

I Seminário LIFE+ Iberlince

Presente e futuro das populações de coelho-bravo em Portugal e Espanha

Conclusões Workshop 2 – Sanidade das populações

Moderador: Rodrigo Serra

Relator: Guillermo Lopez

1. Ponto de partida

Como ponto de partida para a discussão neste grupo de trabalho, foram consideradas as seguintes condições:

- As populações de coelho-bravo nas áreas em que existem as populações remanescentes de lince-ibérico na Andaluzia (Andújar / Cardeña e Doñana) sofreram declínios acentuados em 2013, trazendo as populações de coelhos para densidades similares às registadas em 2002;
- A nova estirpe do vírus da Doença Hemorrágica Viral (ou DHV tipo II) está presente em toda a Península Ibérica, tendo-se analisado 14 amostras representativas das populações remanescentes e das novas populações criadas pelos projectos de reintrodução, registando-se 12 casos positivos, com positivos registados em todas as áreas analisadas. Em Portugal, de amostras recolhidas da zona de Moura / Barrancos, 100% das sete amostras analisadas são positivas para a nova estirpe, registando-se uma taxa de mortalidade de 42%. Ainda assim, os declínios registados nas populações de coelho não podem ser unicamente atribuídas a esta situação;
- Ante esta situação, as translocações de coelho-bravo têm aumentado. A confirmar-se esta situação, poderia contribuir-se para a disseminação do vírus da DHV tipo II, piorando o cenário actual;

- O impacto e o perfil epidemiológico da nova estirpe de vírus da DHV nas populações de coelho-bravo nas áreas potenciais de reintrodução são actualmente desconhecidos;
- É possível constatar uma situação de emergência provocada pelo declínio acentuado do coelho-bravo nas áreas ocupadas pelas populações remanescentes de lince-ibérico (Cardena / Andújar e Doñana), pelo que se considera necessário actuar urgentemente com o objectivo de manter pelo menos 80% dos territórios de fêmeas territoriais.

2. Recomendações

De forma a responder à situação de emergência actual no que concerne ao declínio das populações de coelho-bravo na Península Ibérica, fazem-se as seguintes recomendações:

- Determinar o perfil antigénico e caracterizar geneticamente as estirpes circulantes da DHV em coelhos-bravos provenientes da actividade cinegética e de outras fontes disponíveis. Recomenda-se a determinação destes mesmos parâmetros em potenciais espécies-reservatório, como as lebres e outros carnívoros, em toda a Península Ibérica. Estas determinações, a que se junta a determinação do perfil serológico das populações-alvo de coelho-bravo, deveriam executar-se duas vezes por ano. Os testes estão disponíveis actualmente e, em caso de existirem, é possível fazer uma análise retrospectiva do perfil serológico para a nova estirpe em amostras congeladas;
- É necessário saber o estatuto genético e de infecção das populações fonte e receptora de coelho-bravo sempre que possível antes de fazer translocações, e idealmente analisar entre 5 e 10% do total de coelhos-bravos translocados 2-3 meses antes de efectuar-se a translocação. Idealmente também, os coelhos-bravos da sub-espécie apropriada a translocar deveriam ter protecção serológica contra o vírus da DHV tipo I e II, por infecção natural;
- Não se recomenda a vacinação com a vacina FILAVIE de efectivos de coelho-bravo porque se consideram como riscos os seguintes factores: a) a vacina não foi ainda testada em populações naturais de coelho-bravo; b) a eficácia da vacina depende de

um reforço vacinal, difícil de executar na prática em populações numerosas; c) a vacina ainda se encontra em fase de teste; e d) não é ainda claro que a estirpe vacinal seja a estirpe circulante nas populações de coelho-bravo no sudoeste da Península Ibérica;

- A vacinação seria possível recorrendo à auto-vacina, desenvolvida a partir da estirpe circulante uma vez identificada, mas não permitiria ultrapassar os obstáculos de natureza prática na aplicação da vacina;
- Um eficaz e concertado controlo sobre os produtores de coelho doméstico e bravo, e sobre as importações e translocações de coelhos, sobretudo no que diz respeito à determinação da subespécie e estatuto de doença – virémia, estirpes de DHV presentes, parasitação externa e interna;
- Promover a investigação científica sobre aspectos críticos da DHV – epidemiologia e imunologia do vírus da DHV em coelho-bravo, manso e espécies reservatório, como a lebre, o lince-ibérico, a raposa e outros carnívoros;
- Considera-se necessário identificar fontes de financiamento disponíveis para a execução destas medidas.

3. Conclusões

- É necessária informação precisa sobre a situação epidemiológica das populações remanescentes, dadoras e receptoras de coelho-bravo;
- É necessário caracterizar detalhadamente as estirpes circulantes de DHV nas populações de coelho-bravo na Península Ibérica;
- É necessário caracterizar detalhadamente as estirpes circulantes de DHV nas populações de reservatórios da doença;
- Não vacinar contra o vírus da DHV tipo II antes de conhecer de forma mais detalhada sobre as estirpes circulantes;
- Reforçar o uso das ferramentas de gestão de habitat dirigidas à manutenção das populações remanescentes de coelho-bravo na Península Ibérica.

III Seminário Internacional sobre coelho-bravo

I Seminário LIFE+ Iberlince

Presente e futuro das populações de coelho-bravo em Portugal e Espanha

Conclusões Workshop 3 – Gestão das populações de coelho-bravo

Moderador: Pedro Monterroso

Relator: Germán Garrote

RECOMENDAÇÕES

MANEIO DO HABITAT

1. Recomenda-se que esta medida deve ser aplicada em situações em que a densidade de coelho inicial é superior a 1 coelho/ha. Esta medida deve ser evitada em densidades inferiores uma vez que a sua eficiência é muito reduzida;
2. Recomenda-se o favorecimento de pastos naturais (através de desmatações) relativamente a sementeiras. No entanto, caso se opte por fazer sementeiras, estas devem ser feitas utilizando variedades vegetais locais;
3. Recomenda-se o desenvolvimento de trabalho que permita avaliar o efeito real da disponibilidade de água na recuperação das populações de coelho-bravo;
4. Recomenda-se o reforço de alimento como medida excepcional nas épocas em que este factor é limitante.

REPOVOAMENTOS

1. Recomenda-se a utilização de repovoamentos unicamente como medida de último recurso;
2. No caso de ser aplicada, esta medida deverá ser efectuada apenas em zonas periféricas a áreas já com boas densidades de coelho bravo, ou para colmatar zonas de menor densidade dentro destas;
3. De acordo com o estipulado no protocolo existente (LIFE+ Iberlince), recomenda-se a aplicação destas medidas apenas quando a densidade seja inferior a 2 coelho/ha;

4. Devem ser evitadas as soltas duras sem qualquer tipo de preparação da área a intervir (manejo do habitat);
5. Deve ser feito um esforço para manter os grupos familiares (estrutura social) dos animais a translocar;
6. Recomenda-se que deve ser feito um esforço de analisar as experiências prévias sobre a aplicação destas medidas (não exclusivamente na literatura científica) para avaliar como maximizar a eficiência.

CONTROLO DE PREDADORES

1. Deve ser estudado o impacto real das populações de predadores sobre as populações de coelho-bravo por parte da comunidade científica. Nomeadamente deve ser avaliada a eficiência e selectividade dos métodos de controlo de predadores (raposa e sacarrabos, em Portugal);
2. No caso de se aplicar este tipo de medida, recomenda-se que esta seja desenvolvida por técnicos especialistas devidamente qualificados;
3. Recomenda-se ainda que se deve aumentar a comunicação e transferência de conhecimento entre a comunidade científica e os agentes responsáveis pela gestão dos territórios.

CAÇA

1. Recomenda-se a regulação das épocas de caça de forma a que o seu impacto sobre populações fragilizadas de coelho seja minimizada;
2. Deve ser dada especial atenção a exploração durante os períodos que antecedem as transferências de concessão para evitar situações de exploração excessiva;
3. Recomenda-se que se devem definir áreas de interdição dentro de áreas nas quais se aplicam medidas de repovoamentos;
4. Recomenda-se o desenvolvimento de estudos que avaliem e quantifiquem o potencial efeito de supressão das populações de coelho bravo devido a actividade cinegética.

III Seminário Internacional sobre coelho-bravo

I Seminário LIFE+ Iberlince

Presente e futuro das populações de coelho-bravo em Portugal e Espanha

Conclusões Workshop 4 – Caça e predação

Moderador: Carlos Rio Carvalho

Relator: Leonardo Fernández Pena

1. Existe um interesse comum das organizações de caçadores, governos centrais e autonómicos e do programa LIFE+ Iberlince na conservação e fomento das populações o que é um ponto de partida para o trabalho em comum;
2. É necessário promover uma relação saudável e eficiente entre as organizações do sector cinegético e as administrações;
3. As motivações dos gestores dos cinegéticos para gerir/aumentar as populações de coelho-bravo não são exclusivamente de natureza económica, uma vez que a conservação do lince-ibérico encontra também motivação na cidadania;
4. Contudo, necessário que os programas de conservação do coelho-bravo e lince-ibérico sejam coerentes com as necessidades objectivas das partes interessadas na gestão cinegética, incluindo entre outras:
 - a) Actuações de melhoria de habitat de coelho-bravo;
 - b) Repovoamentos com coelho-bravo;
 - c) Medidas de natureza fiscal, incluindo a baixa de taxas e impostos para as explorações que contribuam para a conservação do coelho-bravo e lince-ibérico. Taxas Zonas de Caça + Impostos (IRC, IVA);
 - d) Apoio à gestão sanitária das populações (DHV);
 - e) Em Portugal, Pacto Cinegético entre as organizações de caçadores e as administrações;
 - f) Projectos do tipo REGHAB Reconciling Game Bird Hunting and Biodiversity (com apoio comunitário) adaptados ao lince-ibérico;

- g) Seria desejável a existência de um modo equiparar os benefícios fiscais de conservação do património natural à conservação do património cultural;
 - h) Será desejável a existência de apoios ao investimento e à manutenção das populações de coelho-bravo;
 - i) Seria desejável a generalização de um esquema de diminuição de custos administrativos (e.g licenças de caça na Extremadura) para explorações cinegéticas que colaborem com programas de conservação;
 - j) Seria desejável que parte dos montantes recebidos em taxas e licenças do sector cinegético seja reinvestido no sector (incluindo o coelho-bravo).
5. A conservação e investigação sobre o coelho-bravo e outras espécies em Portugal e Espanha necessitam de apoios financeiros a longo prazo (incluídas neste momento nos PDR 2014-2020), nomeadamente no contexto das ameaças sanitárias emergentes;
6. Apesar da controvérsia notória que existe sobre o tema, não existindo demonstração definitiva dos benefícios ou custos da sua aplicação, o controlo dos predadores poderá ser um dos factores de recuperação das populações de coelho-bravo.

Através de estudos aplicados às circunstâncias socio-económicas e ecológicas específicas é necessário encontrar o ponto de equilíbrio no controlo de predadores – com aplicação de métodos inovadores e selectivos e a formação de operadores na aplicação dessas metodologias.